

16° ENEPEA
ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE
PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA
E URBANISMO NO BRASIL **2022**
14 a 19/11 CUIABÁ-MT

trans.ver.paisagens



É PRECISO DEVELAR!

Etnoconservação urbana como abordagem para a gestão da Paisagem Cultural Carioca

Eixo Temático II: **Paisagens a descobrir**

IT'S NECESSARY TO DEVELOP!

Urban ethnoconservation as an approach to the management of the Carioca Cultural Landscape

FERREIRA, Alda de Azevedo

UFRJ, Paisagismo – EBA/UFRJ; LASC-PROARQ/UFRJ

aldazevedo@yahoo.com.br

RESUMO

Em 2012, o sítio da Cidade do Rio de Janeiro recebeu da UNESCO o título de Patrimônio da Humanidade, como Paisagem Cultural, tornando-se assim o primeiro no mundo nesta categoria situado no meio urbano. Entende-se que novos procedimentos para a gestão da conservação são necessários a fim de contemplar sua complexidade. Desta forma, foi desenvolvida a abordagem da etnoconservação urbana, baseada na compreensão das relações socioculturais de apropriação das comunidades que vivenciam o espaço protegido, a fim de proporcionar o uso sustentável e a conservação do significado cultural do lugar. Objetiva-se, portanto, desenvolver diretrizes para a etnoconservação urbana da Paisagem Cultural Carioca, a partir de perspectiva integrada e sustentável. Funda-se no modelo de gestão da conservação baseada em valores e a metodologia é apoiada na compreensão das ambiências urbanas, a fim de apreender os valores sociais atribuídos pelos grupos de interesse, e, conseqüentemente, a significância cultural do sítio. A relevância está em colaborar para políticas patrimoniais comprometidas em reter o significado cultural de sítios patrimoniais, gerar benefícios econômicos, culturais, ambientais e sociais para a cidade, com vistas à preservação do Valor Universal Excepcional.

Palavras-chave: Gestão da Conservação; Etnoconservação urbana; Ambiências urbanas.

ABSTRACT

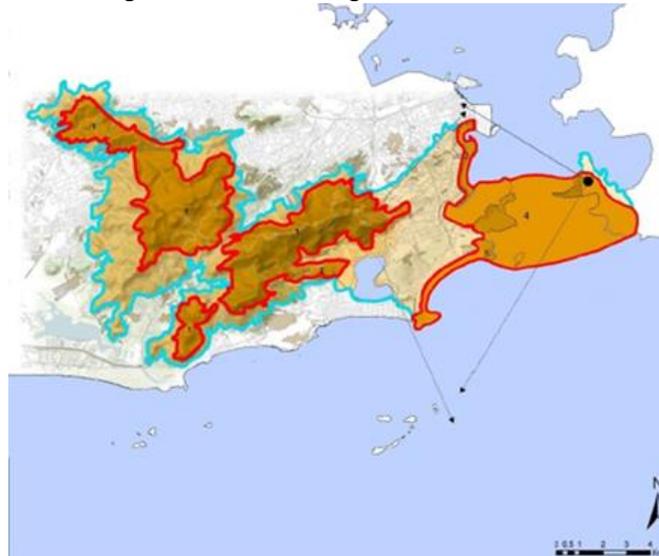
In 2012, the site of the City of Rio de Janeiro received the title of World Heritage Site from UNESCO, as Cultural Landscape, thus becoming the first in the world in this category located in urban areas. It is understood that new procedures for conservation management are necessary to contemplate its complexity. In this way, the urban ethnoconservation approach was developed, based on the understanding of the sociocultural relations of appropriation of the communities that experience the protected space, to provide the sustainable use and conservation of the cultural meaning of the place. The objective is, therefore, to develop guidelines for the urban ethnoconservation of the Carioca Cultural Landscape, from an integrated and sustainable perspective. It is based on the value-based conservation management model and the methodology is supported by the understanding of urban environments, to apprehend the social values attributed by interest groups, and, consequently, the cultural significance of the site. The relevance lies in collaborating for heritage policies committed to retaining the cultural significance of heritage sites, generating economic, cultural, environmental and social benefits for the city, with a view to preserving the Outstanding Universal Value.

Keywords: Conservation Management; Urban ethnoconservation; Urban environments.

1 INTRODUÇÃO

Em 2012, o sítio da Cidade do Rio de Janeiro recebeu o título de Patrimônio da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O Sítio Nomeado compreende a área onde se situa o Parque Nacional da Tijuca, o Jardim Botânico, o Morro do Corcovado e Pão de Açúcar, as colinas ao redor da Baía de Guanabara, e as extensas paisagens projetadas ao longo da Baía de Copacabana e Praia de Copacabana. A cidade e suas complexidades estão situadas na Zona de Amortecimento (Figura 1).

Figura 1: Sítio da Paisagem Cultural Carioca



Fonte: IPHAN (2012). Descrição da Imagem: Os limites em vermelho correspondem ao sítio nomeado, e em azul à Zona de Amortecimento.

Com a atribuição do Valor Universal Excepcional - VUE, o Sítio da Cidade do Rio de Janeiro tornou-se o primeiro situado no meio urbano na categoria da Paisagem Cultural da UNESCO. Tal distinção também reflete os desafios a serem enfrentados, pois, entre outras peculiaridades, trata-se de áreas relativamente separadas e com características próprias, mas que solicitam uma abordagem integrada a nortear as diretrizes de sua gestão da conservação. Além disso, dentre outros encaminhamentos, é preciso agregar a participação social no processo de decisões como um todo, com a finalidade de promover a sustentabilidade destes procedimentos.

Conservação, conforme Jukka Jokilehto (2002), é compreendida como um termo geral relacionado com a proteção do patrimônio cultural e natural, e com a ação de evitar sua decadência, cujos balanços e natureza específicos dependem da fusão das partes com que foram compostos, abarcando atividades humanas, edificações, organização espacial e arredores. Para Bernard Feilden (2004), conservação está relacionada a todos os atos que prolonguem a vida do patrimônio cultural e natural, e como tal, configura-se como um processo de gestão dinâmica.

A aplicação do planejamento para a gestão da conservação, segundo Zancheti & Jokilehto (ou modelo CECI), segue quatro fases simultâneas e integradas, e são caracterizadas pelos autores como: análise e valorização, negociações, proposições, monitoramento e controle, onde cada uma se efetiva por meio de técnicas e métodos próprios (PONTUAL, 2012). Os fundamentos deste campo têm sido aprofundados, como forma de buscar englobar questões perspectivas multidimensionais da proteção patrimonial aliadas a soluções sustentáveis para o Século XXI. Desta forma, ocorreu ao longo do ano de 2021 a iniciativa *Our World Heritage* – OWH, que envolveu uma rede global, entre especialistas e membros da sociedade civil, com a finalidade de refletir sobre o futuro do patrimônio no Novo Milênio.

No OWH, refletiu-se, prioritariamente, que a gestão da conservação dos Sítios do Patrimônio Mundial, natural e cultural, precisa se adaptar a um mundo multidimensional e multicultural, e que sua proteção necessita refletir a diversidade das sociedades e suas necessidades,

respeitando os direitos humanos e a par das inovações tecnológicas, com o objetivo de promover a transparência e participação da sociedade civil.¹

Admite-se assim que a ausência de abordagem integrada, multidimensional e multicultural, para a Gestão da Conservação do Sítio constitui relevante questão a ser refletida atualmente. Tal problemática tem gerado diversas indagações, e compôs a problema de pesquisa a ser investigado neste estudo.

Para tanto, desenvolveu-se a abordagem denominada etnoconservação urbana, como procedimento de gestão baseada na compreensão das relações de apropriação dos grupos socioculturais que vivenciam o espaço protegido, a fim de proporcionar o uso sustentável e a conservação do significado cultural do lugar. Considera-se o julgamento subjetivo e intersubjetivo dos grupos de interesse em relação ao bem patrimonial a fim de apreender o significado cultural e os valores atribuídos ao bem cultural (FERREIRA, 2021).

A partir desta perspectiva, desenvolveu-se como objetivo refletir acerca de diretrizes para a etnoconservação urbana da Paisagem Cultural Carioca, a partir de perspectiva integrada e sustentável. Saliencia-se que a discussão é fruto de pesquisa ainda em desenvolvimento, e, portanto, ainda em resultados parciais e não concluída. Como fundamentos, o presente estudo baseia-se numa adaptação dos pressupostos definidos pelo arquiteto australiano James Semple Kerr (2013), que afirma que o principal objetivo da prática de conservação é manter os valores do patrimônio, bem como os significados que lhes são atribuídos.

2. CONSERVAÇÃO BASEADA EM VALORES

As ideias mais recentes no campo do patrimônio acerca dos objetivos da conservação são as estabelecidas na Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972) e na Carta de Burra (ICOMOS, 2013). A Carta ICOMOS da Austrália para a Conservação de Lugares de Significância Cultural, ou Carta de Burra, definiu que o objetivo da conservação é a retenção da significância do sítio patrimonial, e que esta é baseada nos valores a ele atribuídos (ICOMOS, 2013).

Com isso, a referida Carta abriu a revisão das teorias de conservação do patrimônio cultural, quando definiu conservação como “[...] todos os processos de cuidar de um lugar de modo a conservar o seu significado cultural”, e associou o significado à interpretação de “[...] indivíduos ou grupos diferentes” (ICOMOS, 2013, p.2). Desta forma, ela compila a noção de significado como questão central da preservação do patrimônio, como também define o processo para a conservação baseada na significância.

Assim, compactua-se com o modelo de gestão da conservação, inicialmente definido por James Semple Kerr (2013), e aprofundado ao longo do tempo. Admite-se que o principal objetivo da prática de conservação é manter os valores do patrimônio, bem como os significados que lhes são atribuídos. Trata-se, portanto, da linha de pensamento que se fundamenta através da apreensão da atribuição de valores pelos *stakeholders*, ou grupos de interesse, como reflete Kate Clark (2014). Ela descreve que, nesta corrente, a gestão patrimonial é baseada numa mudança intelectual do processo de tomada de decisões, que vai da experiência individual do especialista para um procedimento mais transparente de análise e diagnóstico. Em última

¹ A presente pesquisa foi escolhida pela equipe do Time Sustentabilidade do OWH para representar o Brasil nas discussões referentes ao Fórum Sustentabilidade, através dos estudos sobre a Paisagem Cultural Carioca, que ocorreu em modo remoto no mês de julho de 2021.

análise, a gestão baseada em valores é mais do que um processo; é uma maneira diferente de pensar sobre herança cultural.

Todavia, apesar dos avanços incorporados na Carta de Burra, segundo Teutonico (2019), os processos formais para avaliação e conservação do patrimônio com base em valores ainda não são predominantes no mundo. Os estudos econômicos do patrimônio, assim como questões sobre os benefícios sociais e seus valores na conservação do patrimônio passaram a surgir a partir do final do século XX. Em contraponto, aqueles que trabalham com a conservação baseada em valores compreendem que, quando a variedade de valores em jogo para um lugar é bem compreendida e adotada na tomada de decisões em todos os níveis, esta linha de pensamento é bastante eficaz e relevante (AVRAMI; MASON, 2018).

As decisões baseadas em valores permeiam os processos típicos de conservação, desde a identificação dos locais a serem protegidos, às decisões contínuas sobre a conservação e gestão dos sítios, à justificativa da relevância da conservação do patrimônio como forma de política pública, à avaliação dos efeitos das políticas a longo prazo na sociedade e o meio ambiente. Frequentemente, na prática, os profissionais do patrimônio estão equilibrando os fundamentos de política, como a promoção do bem-estar público e a geração de receita do turismo, e as prioridades imediatas de conservação e gestão no local, como a retenção dos aspectos significativos de um determinado edifício ou local e acomodando suas funções práticas servindo proprietários, ocupantes ou visitantes. Essas decisões, no entanto, não são divorciadas umas das outras (AVRAMI et al, 2018).

Neste sentido, os pesquisadores Avrami e Mason (2018), consideram que, há bastante tempo, os valores sustentam os conceitos do patrimônio e sua conservação nos ambiente construído, e distinguem dois tipos: os patrimoniais e os sociais. Eles assim descrevem:

Uma análise das tendências em evolução e questões emergentes sugere que o campo contemporâneo é caracterizado por duas perspectivas distintas e complementares: uma centrada nos valores patrimoniais (associada às tradições curatoriais e materialistas da prática conservacionista) e a outra nos valores sociais (focada na economia, usos políticos, sociais e ambientais do patrimônio) (AVRAMI; MASON, 2018, p.9). [Texto traduzido]

Em outras palavras, os valores patrimoniais estão relacionados às narrativas históricas, artísticas, estéticas e científicas, que formam a base do próprio campo da conservação, associadas às tradições curatoriais e materialistas desta prática. Já os valores sociais estão concentrados nos usos e funções dos bens culturais, apreendidos a partir de processos da sociedade, que podem estar relacionados ao desenvolvimento econômico, ao conflito ou reconciliação política, questões de justiça social e direitos civis, degradação e conservação ambiental, dentre outros (AVRAMI; MASON, 2018).

Há ainda pesquisadores, como Wijesuriya, Thompson e Young (2013), que diferenciam estes valores em essenciais e instrumentais. Nesta caracterização, os primeiros se aproximam dos patrimoniais, e estão no cerne central da prática da conservação, e os instrumentais se destinam a produzir resultados não diretamente relacionados ao campo.

Assume-se, portanto, que ora valores patrimoniais e sociais, ora essenciais e instrumentais, são complementares e cumulativos. A distinção é caracterizada, principalmente, pelos resultados: a perspectiva do valor patrimonial tem foco na conservação material como um fim em si mesma;

e a perspectiva do valor social compreende o patrimônio como um meio para se atingir fins sociais (AVRAMI; MASON, 2018).

De maneira geral, aqueles que trabalham com a conservação baseada em valores compreendem que, no âmbito da conservação quando a variedade de valores de um lugar está em jogo, a mediação entre eles precisa ser bem compreendida e adotada na tomada de decisões no âmbito da gestão, onde esta linha de pensamento é mais eficaz e relevante. Portanto, de acordo com estas observações, foram adotados os procedimentos experienciados na linha de pensamento da conservação baseada em valores nesta pesquisa, a partir dos quais estão sendo definidos os pressupostos teórico-metodológicos da Etnoconservação Urbana.

3 PERSPECTIVAS PARA A ETNOCONSERVAÇÃO URBANA DA PAISAGEM CULTURAL CARIOCA

Paisagem Cultural é uma categoria singular do espaço social que caracteriza a relação entre sociedade em seu vínculo ao meio natural, e engloba o conjunto de atributos tangíveis (móveis e imóveis, natural e construído), e intangíveis (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares), que distinguem o lugar. Esta interdependência mútua criou paisagens, que evidenciam e identificam os modos de vida de diferentes culturas, na forma como lidam com os valores naturais.

A Unesco concedeu o VUE à Paisagem Cultural Carioca baseada nos critérios V e VI das Diretrizes Operacionais (UNESCO, 2012). Segundo Ferreira (2018), conforme o critério V, um dos atributos do sítio é a distinção de sua cultura paisagística, que se materializa em seus espaços paisagísticos. A cultura paisagística, ainda conforme Ferreira (2018), corresponde às práticas e representações culturais, histórica e geograficamente definidas, relacionadas ao meio ambiente. Pode ser identificada com o modo de vida de determinados grupos socioculturais e vivenciada através de suas crenças, hábitos, costumes, conhecimentos. Tal traço cultural pode ser observado nas práticas paisagísticas e seus saberes, bem como nos hábitos e costumes de viver, especialmente, os espaços paisagísticos.

Como espaço paisagístico entende-se a porção do território modificado, concebido e construído, com a finalidade de qualificar e agregar valor à configuração dos espaços livres. Correspondem aos jardins, praças, parques, passeios, pátios, largos, cemitérios, bordas d'água, dentre outros, podendo ser de caráter público ou privado (FERREIRA, 2018) (Figura 2).

Figura 2: Parque do Flamengo



Foto: Alda Ferreira, 2012.

Compreende-se, portanto, que a cultura paisagística é um dos componentes chaves da Paisagem Cultural Carioca, que se realiza, dentre outros, através de seus espaços paisagísticos. Desta forma, sabendo que é necessário preservar os aspectos que justificam a atribuição do VUE pela Unesco, torna-se imperativa a conservação de seus espaços paisagísticos, bem como, a salvaguarda dos saberes construídos, a fim de possibilitar a perpetuação da cultura paisagística que distingue o sítio para as futuras gerações.

A partir deste raciocínio, chegou-se à perspectiva de construção da abordagem da etnoconservação. Tal reflexão remete aos estudos de Balick e Cox, nos anos 1950, acerca da utilização da vegetação por comunidades indígenas, que foi ponto de partida para pesquisas posteriores procurarem vínculos entre a conservação e o manejo dos recursos naturais por populações tradicionais. Assim, fundado em metodologias das etnociências, a discussão sobre etnoconservação tem sido amadurecida no âmbito do patrimônio natural, com a finalidade de possibilitar o manejo dos recursos aliado aos saberes tradicionais, no intento de proporcionar a conservação da natureza (DIEGUES, 2000).

No patrimônio cultural, define-se etnoconservação urbana como uma abordagem cujos procedimentos têm o objetivo de colaborar para a compreensão das relações de apropriação dos grupos socioculturais que vivenciam o espaço protegido, a fim de proporcionar o uso sustentável e a conservação do significado cultural do lugar. Para tanto, considera-se o julgamento subjetivo e intersubjetivo dos grupos de interesse em relação ao bem patrimonial a fim de apreender o significado cultural e os valores atribuídos ao bem cultural (FERREIRA, 2021).

Na paisagem urbana, as relações sociais são de suma importância nas dinâmicas integradas, a fim de promover a vitalidade do ecossistema urbano. Tais relações fazem parte de um sistema complexo e inter-relacionado do ambiente construído, que influencia e são influenciadas pelo seu caráter, e não se restringem a análises e divisões meramente cartesianas. Admite-se assim que é preciso pensar sistemicamente e de forma integrada a conservação da paisagem, considerando os processos naturais e sociais. Para tanto, é a partir da análise das vulnerabilidades do sítio, e da inclusão da participação social, que se pode compreender a complexidade ecológica do lugar, e agir em sua conservação, a fim de promover sua vitalidade e produtividade.

Cristiane Duarte (2015), ao refletir sobre o vínculo dos habitantes no espaço, considera que é necessário estimular a dimensão afetiva, subjetiva e intersubjetiva, com o lugar, e ter como uma de suas premissas a qualidade de vida das comunidades/ grupos sociais. Para esta apreensão, a noção de ambiência assume especial importância.

Ambiência, segundo o sociólogo Jean-Paul Thibaud (2012), articula diversos aspectos tangíveis e intangíveis dos campos sensorial, afetivo e material do ambiente construído, afetando a maneira como os indivíduos agem e se comportam no espaço, sendo um processo dinâmico. Conforme Duarte et al. (2008) a ambiência envolve o indivíduo e é capaz de despertar familiaridade e memórias, em um convite a participar da construção identitária e para o estabelecimento do lugar.

De antemão, é necessário diferenciar a noção de espaço e lugar para melhor apreensão das ambiências. Conforme o geógrafo Yi Fu Tuan, “o lugar é um mundo de significado organizado” (TUAN, 1983, p. 198). Espaço, para o estudioso, é algo abstrato, indiferenciado, e seu significado se transmuta no de lugar, a partir da experiência do tempo e das vivências, ao momento em que este passa a ser conhecido, apropriado, e atribuído valor. “A sensação de tempo afeta a sensação de lugar”. (TUAN, 1983, p. 206). “Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros,

uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 1983, p. 203).

Em suma, quando um espaço é dotado de significado e apropriado afetivamente, se transforma, e passa a ser compreendido como lugar. Os cheiros, os sons, a luz, o ar, o clima, tornam os ambientes sensíveis àqueles que deles usufruem, e têm sido percebidos como fundamentais nas transformações urbanas, e na identificação do lugar para as pessoas. Desta forma, compreende-se que a identidade de um lugar vai além de suas formas construídas e de seus espaços edificados.

Elementos físicos, sensíveis, sociais, culturais, morais, afetivos, de uso e temporalidade, entre outros, compõem a ambiência de um determinado lugar, o caracterizando e identificando em uma (re)construção cotidiana (ELALI, 2009; DUARTE et al., 2012). Assim, entende-se que o estudo das ambiências vai além dos aspectos materiais do ambiente construído, e interessa compreender seu caráter, assimilado segundo as experiências vividas pelos grupos socioculturais. Trata-se, portanto, de captar a dimensão social e estética relativa à qualidade da vida urbana (THIBAUD, 2012a).

Uma boa ambiência, como reflete Thibaud (2012b), pressupõe, inclusive, a gestão eficaz da coleta dos resíduos urbanos, a atenção permanente com a qualidade da via pública, através do cuidado constante com as áreas verdes, dentre outros.

Em outras palavras, manter o espaço ao longo do tempo consiste em colocá-lo em condições, em nutrir as potencialidades sustentáveis, em alimentar os recursos existentes, em reunir as condições favoráveis para as ações desejadas, sejam elas concernentes aos profissionais urbanos ou aos habitantes. É desta maneira, que se cria uma ambiência no longo prazo. (THIBAUD, 2012b, p. 35).

Assimila-se, portanto, que o estudo das ambiências é de grande valia para a etnoconservação urbana, visto que esta objetiva englobar mais além de questões estéticas relacionadas à autenticidade e integridade dos bens culturais, e apreender especialmente a significância dos bens. A significância cultural de um sítio patrimonial está diretamente relacionada à percepção de sua ambiência, pois ela refere-se não só à aparência do bem, como a todos os elementos que contribuem para informar por que ele é significativo, tal como seu contexto, sua história, seus usos e valores sociais e espirituais.

Áreas patrimoniais, segundo Jokilehto e Feilden (1993), devem ser consideradas não apenas em relação aos seus elementos construídos, como também pelos valores humanos registrados em seu contexto social e econômico. Sendo assim, captar a ambiência de um lugar, sob a ótica dos atores sociais, interpretá-la, cuidar de suas permanências e administrar suas mudanças, fazem parte de ações pertinentes ao que se relaciona como etnoconservação urbana.

Na etnoconservação urbana, apreender as ambiências se caracteriza como processo de assimilação de narrativas complexas, sobrepostas e entrelaçadas, que juntas, configuram o contexto do local e as histórias que conectam o lugar, bem como, todos aqueles que nele habitam. Trata-se de procedimento teórico-metodológico que contribui para perceber as relações socioculturais com o meio, e vincular processos dinâmicos dos sentimentos, sentidos e significados simbólicos, bem como, movimentos, mudanças e múltiplas culturas que interagem.

Para a análise, conforme Kerr (2013), deve-se priorizar aqueles lugares para os quais existe casos *prima facie* para a importância do sítio, e estão sob ameaça ou sujeitos a propostas de mudança; em segundo, ficam aqueles lugares de grande significado reconhecido, que são não incluído no acima; e em terceiro, o restante do sítio. Admite-se que cada componente-chave do sítio necessita de diretrizes sustentáveis para sua conservação, integrado contextualmente à abordagem da etnoconservação urbana da Paisagem Cultural Carioca. Desta forma, escolheu-se um estudo de caso: o Calçadão de Copacabana (Figura 3).

Figura 3: Calçadão de Copacabana



Foto: Alda Ferreira, 2021.

O Calçadão de Copacabana é situado ao longo dos bairros do Leme e Copacabana, na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, e corresponde a um passeio de grande largura que margeia a praia numa extensão de 4,15km. Trata-se de um ícone, um cartão-postal tanto para a cidade quanto para o país, e um dos componentes chaves do sítio carioca. Do ponto de vista ambiental, colabora de maneira fundamental para a qualidade de vida do Lugar e da paisagem urbana. No âmbito sociocultural, o Calçadão contribui para reforçar o caráter e a memória do sítio carioca, além de possibilitar a vivência coletiva e as relações sociais, consolidando relações imateriais de pertencimento e apropriação como parte desta Paisagem Cultural.

O Calçadão de Copacabana recebeu Tombamento Provisório em 1991 em nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, como Conjunto Urbano-Paisagístico junto às praias do Leme-Copacabana. A partir de 2012, integra o Sítio Carioca reconhecido Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, na categoria Paisagem Cultural. Baseado nas Diretrizes Operacionais da UNESCO (2019), ele se enquadra como uma Paisagem Intencionalmente Criada. Sua escolha como estudo de caso justifica-se pela referência como paisagem intencionalmente criada no Sítio Carioca, e pela representatividade materializada da cultura paisagística carioca.

Desta forma, inicialmente foi feito um resgate histórico da documentação histórica da construção do Calçadão de Copacabana, com a finalidade de lhe atribuir valores patrimoniais. Este estudo encontra-se publicado (FERREIRA, 2020).

Para compreender os valores sociais atribuídos ao bem cultural, efetuou-se a investigação por meio dos estudos da etnografia. Segundo Geertz (2008), a etnografia deve ser definida pelo seu tipo de esforço intelectual, e não somente pelas relações estabelecidas, pela transcrição de textos ou realização de mapeamentos. Ou seja, trata de uma relação prolongada, de imersão e posicionamento do pesquisador sobre o Outro, seja este indivíduo ou o espaço. Contudo, mais

precisamente, foi realizada uma etnotopografia, a fim de perceber a ambiência do lugar pelo “olhar” do pesquisado. A etnotopografia consiste em uma “etnografia espacial”, e se trata de conceito desenvolvido e trabalhado no Laboratório de Arquitetura Subjetividade e Cultura (LASC-PROARQ/UFRJ).

Contudo, a investigação não se tratou de apenas apreender os valores sociais, como também de ratificar os valores patrimoniais atribuídos inicialmente. Assim, a pesquisa observou diferentes grupos de interesse e verificar seus usos, além das respectivas práticas e hábitos intersubjetivos. Isto significa, por exemplo, perceber quais grupos e usos contribuem para vivência do lugar – relacionados aos valores culturais; em que medida alguns usos precisam ser controlados por causarem danos ao meio ambiente ou ao próprio bem cultural – com risco de prejudicar o valor ambiental ou o artístico; quais grupos contribuem para a construção do caráter do lugar, que podem, inclusive, estar relacionados ao seu valor espiritual; qual a capacidade de carga do espaço paisagístico, e quais usos ultrapassam esses limites, de modo a preservar e fomentar o valor econômico sem prejudicar o ambiental.

Atualmente, está sendo desenvolvido o Mapeamento Sensível das Ambiências Urbanas, referente aos valores patrimoniais e sociais. Trata-se de um desdobramento do “Mapeamento de Manifestações”, que segundo Duarte (2010), é uma ferramenta gráfica que consiste em espacializar em planta baixa as manifestações de afeto, as relações interpessoais ou qualquer outro evento social que ocorra em campo. Desta forma, o mapeamento sensível tem ocorrido após a observação participante, através da qual tem sido possível extrair elementos sobre a ambiência do Calçadão de Copacabana, que estão sendo cartografados. A observação de cada particularidade desse espaço tem possibilitado a compressão das apropriações e afetações que as pessoas desenvolvem pelo Lugar, e conseqüentemente, suas atribuições de valores.

A síntese dos valores apreendidos representa a significância cultural, e a partir desta documentação será possível definir as diretrizes sustentáveis para a gestão da conservação do bem cultural. Conforme exposto por Kerr (2013), os principais critérios são a necessidade reter ou revelar significância; identificar usos viáveis e compatíveis; exposição dos requisitos legais; trabalhar com os recursos disponíveis; antecipar oportunidades e ameaças. Incluem-se ainda nessas considerações a necessidade de estar ciente de quaisquer pressões que possam tornar o lugar vulnerável e o reconhecimento das suas oportunidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa sobre o bem cultural é construída de maneira participativa com a sociedade, pois são os grupos sociais que conferem sentido ao patrimônio cultural, a partir de suas experiências, referências, práticas, vivências, percepções, fundadas no imaginário social, e que são dinâmicas, podendo se reconfigurar ao longo do tempo. Como reflete Ulpiano Bezerra de Meneses (2017), é de suma importância integrar o habitante e fazê-lo participar das políticas patrimoniais, de modo a se beneficiar de seu conhecimento na produção e operação de significados, valores e representações do patrimônio como experiência vivida. Torna-se imperativo, portanto, a construção de políticas públicas que apreendam e estimulem a participação cidadã, considerando suas interações entre si, e com os processos naturais, que distinguem o ecossistema urbano.

Mas, não se trata apenas de incorporar de forma consultiva a participação social ao plano de gestão da conservação. O estudo de natureza interdisciplinar diferencia-se por propor a integração baseada no viés etnográfico, que visa a compreensão da cultura de grupos de

peçoas, a fim de entender os motivos de seus comportamentos e de suas ações, bem como os significados atribuídos às coisas. A pesquisa assim irá se beneficiar do olhar mais próximo à vivência do Lugar, onde almeja-se apreender como as pessoas são afetadas, e revelar, contextualmente, os vários elementos das interações coletivas com o bem cultural. A proposta, portanto, é caracterizada pela gestão da conservação fundada em valores, cuja originalidade é baseada na integração social e intersubjetiva apreendida através do estudo etnográfico, para a definição de diretrizes sustentáveis na aceção da política a ser adotada no sítio patrimonial carioca.

Conforme descreve a Recomendação de política do Time Sustentabilidade do OWH (2021), os sítios do Patrimônio Mundial devem ser geridos com abordagem transdisciplinar, que varia além especialização, para garantir a trans-setorialidade, multidimensionalidade, métodos de trabalho polivalentes e multiescalares. Os valores do patrimônio fazem parte de uma rede de nós socioespaciais, *clusters* e conexões na região, tanto em termos de lugares como de pessoas. Os roteiros da cultura e patrimônio natural podem manifestar essa rede no sistema territorial.

Este princípio precisa ser aplicado em todas as fases do processo de conservação, desde a identificação do que se considera patrimônio, ao desenvolvimento de políticas de conservação e estratégias de intervenção, ao investimento e dispêndio de recursos nas atividades de gestão do patrimônio. Implícita nessa abordagem está a importância de engajar nos processos de gestão os múltiplos públicos que usam e se preocupam com um lugar tombado (OWH Sustainability Team, 2021).

Assim, com o estudo das ambiências urbanas é possível apreender o potencial afetivo atribuído ao meio. Para além de questões de autenticidade e integridade, a política de gestão de um sítio patrimonial demanda o reforço do vínculo das memórias, dos afetos, da empatia que nutre a relação entre os indivíduos e o bem patrimonial. São os valores atribuídos que dão sustentação à sua significância cultural. A significância responde de maneira mais apropriada ao patrimônio cultural, como hoje é compreendido a partir da apreensão dos valores atribuídos que lhe dá sustentação.

A paisagem cultural carioca extrapola seus limites territoriais e vai além dos seus espaços paisagísticos, seu mar, suas montanhas. Ela é viva, dinâmica, cantada, refletida, experienciada, vivida em sua plenitude com todas suas peculiaridades. Assim, mais do que uma vitrine publicitária de uma cidade espetáculo, sua nomeação como Patrimônio da Humanidade constitui novo desafio para o campo patrimonial. A etnoconservação urbana assim desponta uma corrente numa linha de pensamento, que se propõe a integrar nas políticas patrimoniais às relações subjetivas e intersubjetivas de atores sociais e culturais, em sua relação com o meio, compreendendo estas partes com inter-relacionadas e indissociáveis.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi iniciada em 2019, e está sendo desenvolvida no âmbito do Pós-Doutorado Júnior do CNPq, em estágio no Laboratório de Arquitetura, Subjetividade e Cultura vinculado à Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LASC – PROARQ/UFRJ), sob supervisão da profa. Dra. Cristiane Rose S. Duarte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRAMI, E.; MASON, R.; DE LA TORRE, M. **Values and heritage conservation**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

CLARK, Kate. "Values-based heritage management and the heritage lottery fund in the UK". In: **APT Bulletin: Journal of preservation technology**. 45:2-3, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª edição - São Paulo: NUPAUB-USP: Hucitec: Annablume, 2000.

DUARTE, C.R.S., A empatia espacial e suas implicações nas ambiências urbanas. **Anais... VII Seminário Projetar: originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: ensino, pesquisa e prática**. Natal: PPGAU/ UFRN, 2015.

DUARTE, C.R; COHEN, R.; SANTANA, E.; BRASILEIRO, A.; PAULA, K.; UGLIONE, P. **Explorando as ambiências: Dimensões e Possibilidades Metodológicas na Pesquisa em Arquitetura**. Coloque International Faire une ambiance. In: *Anais...* Grenoble, 2008.

DUARTE, C. R.; PINHEIRO, E.; UGLIONE, P.; COHEN, R. Na Cidade Com O Outro: O Papel de Jane Jacobs para a Consolidação dos Padrões Sensíveis das Ambiências Urbanas. In: Urbi-centros 3 - III Seminário Internacional Urbicentros, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: Ed PPG-AU/FAUUFBA. v. 1. p. 77-78, 2012.

ELALI, G. V. M. A. Relações entre comportamento humano e ambiências: uma reflexão com base na Psicologia Ambiental. In: Colóquio Internacional Ambiências compartilhadas: cultura, corpo e linguagem. / Ambientes em partage: culture, corps et language, 2009, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, v. 1. p. 1-17, 2009.

FEILDEN, Bernard Melchior. **Conservation of Historic Buildings**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2004.

FERREIRA, Alda de Azevedo. **Os saberes e as práticas paisagísticas na construção da paisagem cultural carioca**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

ICOMOS. **The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance** (Carta de Burra). 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf> Acesso em: 20/06/2020.

JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e ideias sobre conservação. ZANCHETTI, Silvio (Org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. P. 11-18.

KERR, James Semple. **Conservation plan: a guide to the preparation of conservation plans for places of European Cultural Significance**. Australia ICOMOS, 2013.

MANSON, Randall. Fixing historic preservation: a constructive critique of significance. **Places, a forum of environmental design**. v.16, n.1, p. 64-71, 2004. Disponível em: <<https://placesjournal.org/assets/legacy/pdfs/fixing-historic-preservation.pdf>>. Acesso em: 7/11/2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: SCHLEE, Andrey. Patrimônio: desafios e perspectivas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 36, 2017, p. 39-51.

PONTUAL, Virgínia. Plano de gestão da conservação integrada. In: **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 90-101.

RIO WORLD HERITAGE MANAGEMENT COMMITTEE. **Site management plan: Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the mountain and the sea**. 2014.

THIBAUD, Jean-Paul. "A cidade através dos sentidos". In: **Cadernos Proarq Rio de Janeiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Nº 18. Julho, 2012.

_____. "O devir ambiente do mundo urbano". In: **Revista Redobra**. Universidade Federal da Bahia. Nº 9. Ano 3. 2012, p. 30-36.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. **Inscrições na Lista do Patrimônio Mundial, Valor Universal Excepcional**. (Decisão: 36 COM 8B.42). 2012. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/decisions/4813>> Acesso em: 23/05/2018.

WIJESURIYA, G.; THOMPSON, J.; YOUNG, C. Managing cultural world heritage. e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2013. Disponível em: <<https://www.iccom.org/publication/managing-cultural-world-heritage>> Acesso em: 10/02/2021.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Toné Ferreira; RIBEIRO, Cecília; AGUIAR, Bárbara. Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage. **City & time**, v.4, n.2:5, 2009. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>>. Acesso em: 03/08/2019.